

**AS ESCOLAS MILITARIZADAS COMBATEM A VIOLÊNCIA ESCOLAR?
UMA ANÁLISE SOBRE O CONCEITO DE VIOLÊNCIA SOB A PERSPECTIVA
DE PIERRE BOURDIEU, MICHEL FOUCAULT E THEODOR ADORNO**

***THE MILITARIZED SCHOOLS FIGHT THE SCHOOL VIOLENCE?
AN ANALYSIS OF THE CONCEPT OF VIOLENCE FROM THE PERSPECTIVE OF
PIERRE BOURDIEU, MICHEL FOUCAULT AND THEODOR ADORNO***

Thais Pereira Paro¹

Rafael dos Reis Ferreira²

RESUMO

De alguns anos para cá se observam índices preocupantes de violência na sociedade que adentram nas escolas, atingindo seus alicerces. Isso tem feito com que as escolas deixem de representar um local para a realização das condições plenas de aprendizagem. A problemática da violência na escola passou a ser tratada por alguns como assunto de segurança pública, penetrando na pedagogia escola, fazendo-se repensar métodos, teorias e o ideal de formação de um ser humano. Isso fortificou os laços entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública em diversas regiões do Brasil, principalmente nas periferias das grandes cidades. É cada vez mais comum assinaturas de termos de cooperação mútua para combater a violência nas escolas, colocando especialistas sobre o assunto da indisciplina para assumirem a gestão escolar, com propósito de promover saberes idealizadores da ordem e do respeito às autoridades. A partir de então surgiram diversas escolas públicas que passaram a ser conhecidas como Colégio da Polícia

¹ Graduada em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: thaisparord@gmail.com

² Professor Doutor no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, SP. E-mail: leafareis@yahoo.com.br

Militar. Mas, será que as escolas militarizadas combatem de fato a violência escolar? A partir dessa questão, faremos uma reflexão sobre o conceito de violência. Para isso, abordaremos e analisaremos os de conceitos de violência simbólica de Pierre Bourdieu (1930 – 2002) no livro “O Poder Simbólico” (1989), os conceitos de disciplina e poder de Michel Foucault (1926 – 1984) no livro “Vigiar e Punir” (1979), e os mecanismos da hierarquia, punição, pertencimento a um grupo, a figura de um líder que exerce o poder, e a ausência da autonomia e senso crítico apontado por Theodor Adorno (1903 – 1969) no texto “Educação após Auschwitz” (1967).

Palavras-chave: Violência escolar; escolas militarizadas; hierarquia e poder.

ABSTRACT

For some years there has been worrying levels of violence in society that enter in schools, reaching its foundations. This has meant that schools cease to represent a place to carry out the full conditions of learning. The issue of school violence has to be treated by some as a public safety issue, entering the school pedagogy, making rethinking methods, theories, and the ideal formation of a human being. Thus strengthening the ties between the Department of Education and the Secretariat of Public Security in various regions of Brazil, especially in the outskirts of large cities. It is increasingly common signature for mutual cooperation to combat violence in schools by placing experts on the subject of discipline to take the school management, with the purpose of promoting knowledge creators of order and respect for authority. From then on there were several public schools that came to be known as the Military Police School. But is the militarized schools fight actually school violence? From this question, we will make a reflection on the concept of violence. For this, we discuss and analyze the concepts of violence. For this, we discuss and analyze the concepts of symbolic violence of Pierre Bourdieu (1930 - 2002) in the book “The Symbolic Power” (1989), the concepts discipline and power of Michel Foucault (1926-1984) in the book “Discipline and Punish” (1979), and the mechanisms of hierarchy, punishment, belonging to a group, the figure of a leader who has the

power, and the lack of autonomy and critical sense pointed out by Theodor Adorno (1903-1969) in the text "Education after Auschwitz"(1967).

Keywords: School violence; militarized schools; hierarchy and power.

Introdução

De alguns anos para cá se observam índices preocupantes de violência na sociedade que adentram nas escolas, atingindo seus alicerces. Isso tem feito com que as escolas deixem de representar um local para a realização das condições plenas de aprendizagem.

Entre os muitos índices de violência já publicados, citamos a pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2014, o qual, segundo ela, o Brasil lidera o ranking mundial de violência contra professores. Nesta pesquisa, 12,5% dos professores alegaram serem vítimas de agressões verbais ou de intimidações de alunos pelo menos uma vez por semana.³

Em outra pesquisa, em uma análise feita com 6.700 jovens entre o 6º ano e o Ensino Médio de Escolas Públicas em capitais consideradas mais violentas do país, aponta que quatro em cada dez estudantes afirmam já terem sofrido violência física ou verbal dentro da escola no último ano (2015). O estudo foi produzido pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), MEC (Ministério da Educação) e OEI (Organização dos Estados Interamericanos).

Concluiu-se, com essa pesquisa, que 65% dos casos, o agressor foi um colega, mas os professores aparecem como autores em 15% dos relatos coletados na pesquisa. Nesse contexto 42% dos alunos asseguram ter sofrido algum tipo de violência. Esse fato se torna agravante mediante a realidade do entorno da escola, pois 84% dos estudantes narraram ocorrências como ameaças, roubos e casos de agressões na vizinhança, 22% deles afirmam que já viram armas de fogo e armas

³ A pesquisa foi divulgada neste site: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/pesquisa-poe-brasil-em-topo-de-ranking-de-violencia-contra-professores.html>

brancas dentro dessas instituições e 9% tiveram conhecimento de assassinatos nas imediações.⁴

Podemos observar que a violência na escola não envolve apenas alunos, professores ou a falta de organização escolar, engloba, também, a comunidade que se encontra nos arredores das escolas. Isso torna o assunto complexo pelo fato de não ser possível isentar a escola da realidade social na qual ela está inserida. Segundo uma pesquisa realizada pela QEdu – Aprendizado em Foco, em parceria com a fundação Lemann e a Meritt, 35% das escolas públicas no Brasil possuem proximidade geográfica com o tráfico de droga. Essa proximidade com o tráfico de drogas está provavelmente relacionada com o aumento na taxa de evasão e violência escolar, refletindo, pois, de forma prejudicial no rendimento dos estudantes.⁵

Diante desse cenário, da violência em torno da escola refletindo no seu interior, surgiram estratégias para que fosse possível proporcionar um ambiente favorável à construção do saber. Nesse sentido, a problemática da violência na escola passou a ser tratada por alguns como assunto de segurança pública, penetrando na pedagogia escola, fazendo-se repensar métodos, teorias e o ideal de formação de um ser humano. Isso fortaleceu os laços entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública em diversas regiões do Brasil, principalmente nas periferias das grandes cidades.

É cada vez mais comum assinaturas de termos de cooperação mútua para combater a violência nas escolas, colocando especialistas sobre o assunto da indisciplina para assumirem a gestão escolar, com propósito de promover saberes idealizadores da ordem e do respeito às autoridades. A partir de então surgiram diversas escolas públicas que passaram a ser conhecidas como Colégio da Polícia Militar.⁶

Mas, será que as escolas militarizadas combatem de fato a violência escolar? Abordaremos e analisaremos esta questão fazendo uma reflexão sobre os conceitos

4 A pesquisa foi divulgada neste site: <http://www.brasil247.com/pt/247/alagoas247/222518/33-dos-alunos-foram-agredidos-nas-escolas.htm>

5 A pesquisa foi divulgada neste site: <http://www.seed.se.gov.br/portais/maiseducacao/noticia.asp?cdnoticia=8319>

6 A pesquisa foi divulgada neste site: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/08/1666631-cresce-no-brasil-o-numero-de-escolas-basicas-publicas-geridas-pela-pm.shtml>

de violência simbólica de Pierre Bourdieu (1930 – 2002) no livro “O Poder Simbólico” (1989), os conceitos de disciplina e poder de Michel Foucault (1926 – 1984) no livro “Vigiar e Punir” (1979), e algumas análises introduzidas por Theodor Adorno (1903 – 1969) no texto “Educação após Auschwitz” (1967).

1. O conceito de escola militarizada

Os Colégios Militares foram autorizados legalmente pelo Senado Federal através do Decreto n. 3.809 de 13 de março de 1939. A transformação das escolas públicas em colégios da polícia militar aconteceu recentemente, em aproximadamente 20 estados brasileiros, dentre eles Goiás, Amazonas, Bahia, Paraíba, Minas Gerais, Paraná.

As escolas militarizadas são subordinadas à Secretaria de Segurança Pública, são alicerçados pelo Governo do Estado, mas não chegam a modificar os planos curriculares da Secretaria de Educação. O quadro de funcionários, professores e coordenadores pedagógicos são disponibilizados também pelo Governo do Estado.

Nesse sentido, esclarece, por exemplo, o regimento escolar da Diretriz Educacional nº 001, de 15 de Janeiro de 2016 dos colégios da polícia militar, do Estado da Bahia, no Título I, Capítulo I, Art. 1º e 2º:

Art. 1º. O presente Regimento define a estrutura e o funcionamento dos Colégios da Polícia Militar, nas Unidades que compõe o Sistema de Ensino da Polícia Militar da Bahia, sendo, também integrantes do sistema Estadual de Educação, vinculados à Secretaria de Educação e mantidos pelo Governo do Estado da Bahia.

Art. 2º. O Colégio da Polícia Militar tem por finalidade a execução da política de educação do Estado da Bahia, definida no Plano Estadual de Educação e nas políticas educacionais estabelecidas pelo Comando Geral da Polícia Militar da Bahia, através do Instituto de Ensino e Pesquisa, bem como das políticas públicas realizadas pela Secretaria da Educação.⁷

Os jovens que frequentam essas instituições devem se adequar a regras, pois, caso contrário, são submetidos a punições. Essas punições não são como as

⁷ O Regimento está disponível neste link:
<http://www.pm.ba.gov.br/images/files/REGIMENTO%20INTERNO%20DOS%20CPM.pdf>

encontradas em escolas convencionais em que os alunos são suspensos, uma vez que ficar “livre” da escola não é reconhecida por eles como meio de correção.

Nas escolas militarizadas são atribuídos trabalhos aos alunos para corrigir faltas cometidas. São exemplos de falhas: cortes de cabelo e uniformes fora do padrão militar; o uso de esmaltes e acessórios muito chamativos; mascar chicletes; falar palavrões e se comunicar com gírias. Tais penalidades são cumpridas no ambiente escolar no horário oposto de aula do aluno.

O CPMG Unidade Manoel Vilaverde, por exemplo, possui o regulamento de continências e especifica os seguintes atos:

Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as honras, as continências e os sinais de respeito que os alunos do Colégio da Polícia Militar de Goiás – CPMG prestam a determinados símbolos nacionais e às autoridades civis e militares; regular as normas de apresentação e de procedimentos dos alunos, bem como as formas de tratamento e a precedência entre os mesmos.⁸

Nos Colégios da Polícia Militar os alunos são uniformizados corretamente e divididos em pelotões, batem continência, hasteiam a bandeira e cantam o hino nacional. Isto é, são aplicados valores como Educação Moral e Cívica, o uso de uniformes e disciplina e respeito à hierarquia.

1.1. Educação Moral e Cívica

Assinado pelos ministros militares, no período ditatorial, foi instituído a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências, em setembro de 1969 por meio do decreto-lei n.º 869.

De acordo com o decreto, Art. 2º, a disciplina tem como finalidade, entre outros itens: a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva,

⁸ Este Regulamento está disponível neste link:
<http://www.cpmgmanoelvilaverde.com.br/site/regulamento/continencia/>

visando ao bem comum; o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Essa disciplina vigorou após o período da ditadura e com o passar dos anos foi perdendo sua obrigatoriedade até o ano de 1993, onde foi extinta pela Lei nº 8.663, de 14 de junho. Atualmente, a disciplina está incorporada no ensino de Ciências Humanas e Sociais como método transdisciplinar, mas é na escola militarizada que ela emerge de forma prática e institucionalizada nos atos de civismo e valores morais que vão desde o culto à pátria até a dedicação à família e à comunidade.

Segundo Filgueiras a finalidade máxima da disciplina Educação Moral e Cívica é “[...] fortalecer, através da escola, os instrumentos necessários à formação de uma consciência social para uma cidadania efetiva, isto é, instrumentalizar o indivíduo, a fim de que ele possa vir a ser um cidadão consciente, capaz de praticar uma cidadania efetiva.”. (FILGUEIRAS, 2006, p. 2)

Tais valores, quando em contato com interesses políticos, poderão ser lapidados e usados de forma positiva ou negativamente, pois a internalização desses valores morais molda o comportamento do indivíduo para com a sociedade e no interior da escola. Os indivíduos passam a partilhar dos mesmos princípios sociais, como a defesa da família, a noção de ordem, o primor moral e a segurança.

1.2. O uso de uniformes

O uniforme escolar passou a ser utilizado em 1890 com o advento da Escola Normal e teve influência do exército que padronizava as vestimentas dos militares. Com o passar dos anos, esses trajes foram se aperfeiçoando e mudando as características estabelecidas durante o ano de sua implantação. Sua utilização no ambiente escolar faz com que os alunos comunguem o mesmo interesse dentro do estabelecimento.

As escolas militarizadas possuem uniformes assemelhados aos dos militares. São peças obrigatórias para a entrada na escola, como forma de identificação perante a sociedade. Esse meio de igualar os alunos não deixa, segundo eles, transparecer *status*, não havendo competitividade e não evidenciando o

consumismo. Os alunos seguem regras estabelecidas pela escola, e assim transportam esse ensinamento às regras a serem seguidas perante a sociedade.

No regulamento dos uniformes, da escola de Goiás, Título I, Art. 2º e 3º, explica os princípios do uso correto das fardas durante o período escolar:

Art. 2º O uso dos uniformes é fator primordial para a boa apresentação individual e coletiva dos alunos do CPMG, permitindo sua rápida identificação perante os demais membros da comunidade. Art. 3º Constitui obrigação de todo aluno do CPMG zelar por seus uniformes e sua correta apresentação em público.⁹

Tais vestimentas são classificadas em seis possíveis fardas, onde, cada qual é usada para ocasiões distintas, como contempla o Título II, Capítulo II, Art. 8º:

Art. 8º O uso dos uniformes previstos no artigo anterior dar-se-á com observância dos seguintes critérios: 1º Uniforme – Grande Gala, Solenidades e Formaturas. 2º Uniforme – Solenidades e Formaturas. 3º Uniforme – Expediente e Visitas. 4º Uniforme – Atividades Físicas. 5º Uniforme – Viagens, Jogos, Campeonatos e Dispensas Médicas. 6º Uniforme – Alunas Gestantes.¹⁰

Portanto, os alunos dessa instituição de ensino devem seguir o regulamento estabelecido e se encontrarem devidamente uniformizados, de modo que, ao fazerem o percurso de casa para a escola, e vice-versa, possam ser identificados com facilidade pela sociedade.

1.3. Disciplina e hierarquia

As instituições militarizadas enfatizam a disciplina e a hierarquia no estabelecimento de ensino. Estes dois itens são considerados seus pilares, pois formam a base das organizações militares, entre elas as escolas militarizadas.

Respeito e ordem são conceitos trabalhados cotidianamente nas escolas militarizadas. Os sinais de respeito são demonstrados por meio da continência, cumprimento militar, encontrado facilmente entre alunos, e dos inferiores para superiores na hierarquia, como elenca o Título II, Capítulo III, Art. 11:

9 O Regulamento sobre o uniforme nessa escola pode ser consultado publicamente neste link: <http://www.cpmgmanoelvilaverde.com.br/site/regulamento/uniforme/>

10 Fonte: <http://www.cpmgmanoelvilaverde.com.br/site/regulamento/uniforme/>

Art. 11. A continência é a saudação prestada pelo aluno e pode ser individual e de tropa. § 1º – A continência é impessoal; visa a autoridade e não a pessoa. § 2º – A continência parte sempre do aluno para autoridade. § 3º – São elementos essenciais da continência individual: atitude, gesto de duração, variáveis conforme a situação do executante: a) Atitude – postura marcial e comportamento respeitoso e adequado às circunstâncias e ao ambiente. b) Gesto – conjunto de movimentos do corpo, braços e mãos. c) Duração – o tempo durante o qual o aluno assume a atitude e executa o gesto acima referido.¹¹

Nessas escolas, a hierarquia é seguida como forma de respeito aos militares, funcionários civis, professores e autoridades de modo geral. Os alunos devem tratá-los como Senhor ou Senhora. Esse tratamento deve ser mantido dentro e fora da instituição de ensino, fardados ou não.

A hierarquia e a disciplina podem ser observadas constantemente, independentes da presença dos Policiais Militares no estabelecimento. A disciplina é voltada à recompensa e à punição, tal que, o aluno que se destacar nos estudos, recebe uma patente maior perante os outros alunos da sala, e o que não atinge a meta estabelecida é convidado a participar de aulas e palestras no período oposto às aulas para reforçar os estudos.

Essa postura disciplinar entre os alunos, construída nas escolas militarizadas, pode ser observada na obediência assídua à escola, na família e na sociedade. São educados a alcançarem índices satisfatórios de aprendizagem, e conseqüentemente, designa a ascensão hierárquica.

2. O argumento de que a escola militarizada combate a violência

Escolas públicas apontam índices preocupantes de violência contra alunos e professores, baixos rendimentos em avaliações probatórias, tráfico constante de entorpecentes e escolas vandalizadas.

Este é o cenário encontrado nas escolas públicas situadas em periferias de alguns estados brasileiros. Todos que frequentam essas instituições são dominados pelo medo, principalmente alunos e professores que estão sempre entregues aos atos de “selvageria” facilmente encontrados no local.

¹¹ O Regulamento sobre a continência pode ser consultado neste link:
<http://www.cpmgmanoelvilaverde.com.br/site/regulamento/continencia/>

A OCDE (Organização Cooperação Desenvolvimento Econômico) coloca o Brasil numa classificação em que o professor perde 20% do tempo para acalmar os alunos, dar broncas e colocar a classe em ordem; 51,4% dos alunos chegam atrasado às aulas e 38,4% faltam; o vandalismo e o roubo estão em segundo lugar com 11,8%, perdendo apenas para o México; as intimidações verbais entre alunos lideram a pesquisa com 34,4%; ferimentos em briga de alunos ocupam o quarto lugar com 6,7% e finalizando os dados, o uso e posse de drogas e/ou álcool atingem o maior índice com 6,9%.¹²

Desse modo, podemos atribuir esses índices a vários problemas atrelados que englobam as instituições escolares, dentre elas, a falta de disciplina e do comprometimento dos alunos e a não participação dos pais que podem agravar esse quadro.

Embora a escola militarizada não apresente resultados do combate à violência escolar, o regimento é categórico quando diz em seu Título II, Capítulo II, Art. 9, “Transgressões disciplinares são quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos, em função do sistema de ensino peculiar ao CPMG”.¹³

Dentre essas transgressões disciplinares podem-se destacar algumas como chegar atrasado a qualquer atividade curricular; ofender a moral por atos, gestos ou palavras; fumar dentro ou nas imediações do CPMG ou quando uniformizado; fazer uso, estar sob ação ou induzir outrem a uso de tóxicos, entorpecentes ou produtos alucinógenos. Isso não quer dizer que não haja esse tipo de infração na escola militarizada, no entanto, o descumprimento disciplinar acarreta punições corretivas para determinado ato.

Os alunos dessas escolas têm apresentado bom desempenho no ENEM, em exames de vestibulares e em olimpíadas escolares, apresentam uma melhora significativa no índice do IDEB. Posto isso, algumas escolas militarizadas são consideradas uma das melhores em seu Estado, e, conseqüentemente, acabam sendo preferidas por pais e estudantes.

¹² Essa pesquisa foi divulgada neste site: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/professor-no-brasil-perde-20-da-aula-com-bagunca-na-classe-diz-estudo.html>

¹³ Fonte: <http://www.cpmgmanoelvilaverde.com.br/site/regulamento/disciplinar/>

3. O conceito de violência simbólica de Pierre Bourdieu

Na concepção de Bourdieu, o poder simbólico é invisível e ignorado aos olhos da sociedade. A maioria das pessoas já foram vítimas de algum tipo de poder excessivo, no entanto, a falta de conhecimento dessa prática, comum na sociedade, faz com que os indivíduos, por vezes, tornam-se submissos a esse tipo de poder. Sobre isso, diz ele que “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (BOURDIEU, 1989, p.7)

Deste modo, o poder simbólico usa, como meio de exercício, a violência simbólica como instrumento de comunicação e conhecimento, impondo e legitimando a dominação de uma classe social sobre a outra, inculcando valores autoritários e ideias conservadoras de interesse dos dominantes.

A violência simbólica, como domesticação dos dominados, age de forma oculta e hábil, sem a presença de violência física, induzindo preceitos estabelecidos pelos dominantes e aniquilando a tomada de consciência do arbitrário. Diz Bourdieu que, “[...] está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar- instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social.” (BOURDIEU, 1989, p.12)

Tendo em vista este conceito, podemos compreendê-lo no contexto escolar, pois a escola é, como sabemos, uma instituição que não apenas transmite conhecimento, mas que também serve para disseminar ideologias.

A escola é considerada um local reprodutor de poder e hierarquia, pois Bourdieu diz que a violência simbólica se encontra em toda ação pedagógica que se aplica um poder arbitrário. Isso constitui valores predeterminados pelas classes dominantes, tais como a arte, a religião, a língua e a ciência, consideradas formas simbólicas, socialmente estabelecidas, como mecanismo de poder hierárquico. Sobre isso, afirma ele:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunidade imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes

dominantes; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquia) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989, p.10-11)

Assim, pode-se observar o quão influenciador esse meio se torna, tendo em vista que é seguido um ciclo vicioso de hierarquias a serem respeitadas, funções a serem executadas e regras a serem seguidas. Gestores, coordenadores, funcionários e alunos, seguem um organograma que organiza o sistema e direciona o que deve ser cumprido por cada parte da equipe escolar, seguindo um aparato definido em estatutos e regimentos que norteiam as ações a serem efetuadas.

No ambiente escolar são encontrados uma série de imposições que são estabelecidos pela ordem maior, o qual, todos os envolvidos nessa instituição, acatam em sinal de respeito mesmo que não se identifiquem com ela.

Por exemplo, embora o regimento escolar proponha autonomia e pluralismo de ideias¹⁴, são enviados pelo governo materiais pedagógicos que devem ser utilizados, em colaboração, para o desenvolvimento do Currículo do Estado de São Paulo, unificando assim o ensino na Rede Estadual. Com o argumento de padronizar o ensino e o acesso universal ao conhecimento através de um suposto material de qualidade, elaborado por especialistas, na prática a obrigatoriedade do uso desse material chega a interferir na autonomia do professor. Os professores são obrigados a seguirem à risca a apostila “recomendada”.

Mas, o que muitos não se perguntam é qual é a ideologia transmitida por esses materiais. Nas relações de poder, onde o Estado canaliza as forças de uma classe dominante, fazendo seus valores e comportamentos se sobreporem sobre a classe dominada, esta se torna alienada, pois, torna-se vítima da violência simbólica dessa imposição realizada através do Estado.

Sobre a natureza desse poder, diz Bourdieu:

Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p. 14)

¹⁴ O Regimento Escolar, Título II, Capítulo I, Artigo 7º diz: “A gestão democrática tem por finalidade possibilitar à escola maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, assegurando padrão adequado de qualidade do ensino ministrado.”.

Esse conceito de violência simbólica, como consequência de opressão, pode ser discutido no momento em que escolas militarizadas emergem dentro de um programa que promete trazer disciplina, honra e educação para escolas públicas que apresentavam alto índice de violência escolar.

As escolas militarizadas são apresentadas como solução à violência escolar, sob um regime militar. Mas, o que não se percebe é a tomada de consciência da violência simbólica, exercida por essas escolas, uma vez que, geridas por policiais militares armados, se caracterizam como educação repressora e dominadora, formando indivíduos que se submetem facilmente a uma figura repressora.

Essa iniciativa se baseia nas ações dessas escolas que incutem na mente das crianças o cumprimento à doutrina e ao civismo, a importância da disciplina e o cumprimento da hierarquia, que por sua vez, direciona o aluno a um comportamento submisso, valorizando as concepções do grupo dominante (militar), que impõe seu ponto de vista, e os dominados acatam esses valores como sendo seus, sem crítica e autonomia.

Essa forma de educação transmitida pelas escolas militarizadas acaba gerando discussões sobre as causas e os efeitos que refletem nos alunos, pois ela oculta as singularidades e proíbe que comportamentos sobressaiam ao padrão determinado pelo programa disciplinar implantado pelo conceito de escola militarizada.

Diante desse impasse, a militarização ainda é compreendida pela sociedade, mesmo que de forma repressora, por exercer a legitimidade dos princípios básicos da educação e da ordem social, implicando na formação moral do estudante e contribuindo em sua inclusão civil.

4. Os conceitos de disciplina e poder de Michel Foucault

Foucault associa os métodos punitivos, os suplícios, a violência e a força, como forma de poder. Iniciado desde a Idade Média, a punição era vista como espetáculo, onde todo crime era punido severamente perante toda uma sociedade.

Diz Foucault que as formas de poder são efetivadas em amplo contexto social, chamadas de instituições disciplinares, como por exemplo, as prisões, hospitais, fábricas, bem como, nas instituições de ensino.

No caso da estrutura de uma escola, nota-se claramente um local propício à observação de caráter controlador, que corresponde ao panoptismo, no qual organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente, como citado na sua obra “Vigiar e Punir”, (1999): “O Panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”. (FOUCAULT, 1999, p. 167)

De modo geral, a disciplina como forma de poder sobre o corpo é aplicada como um meio de imposição de valores mediante um poder absoluto nela introduzido, o qual, segundo Foucault, “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” (FOUCAULT, 1999, p. 118)

No âmbito escolar, o exercício do poder surge como mecanismos de controle para vigiar os alunos a fim de se obter boas condutas disciplinares ou a normatização dos indivíduos. Todas as formas de poder exercidas podem ser caracterizadas como um procedimento de conhecimento e dominação pelo fato de medir as qualidades e méritos de cada um.

A princípio veem-se os professores que procuram controlar todos os seus alunos, uma equipe que controla os professores da instituição, e em seguida um diretor que tem o poder perante todos os envolvidos no espaço escolar. Essa hierarquia é construída por cargos e, conseqüentemente, por méritos a eles concebidos.

Ao mencionarmos a questão disciplinar, notamos carteiras enfileiradas com o espaço à frente reservado ao professor, atualmente encontram-se, com facilidade, câmeras nos corredores, pátios, secretaria, em alguns casos até nas salas de aula. Essa forma de observação constante está relacionada ao controle excessivo exercido sobre os envolvidos. Desse modo, relacionamos as práticas hierarquizadas acima mencionadas com o seguinte dizer de Foucault:

A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas

depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente. (FOUCAULT, 1999, p.125-126)

Todas as situações mencionadas acima contemplam o poder e a disciplina exercidos nas instituições de ensino. Sendo assim, nesse sentido, tanto as escolas convencionais, quanto as escolas militarizadas englobam os mesmos princípios de disciplina e hierarquia.

As escolas militarizadas contêm um diferencial quanto à disciplina, pois possuem um regulamento disciplinar que elenca os principais objetivos dessa ação, podendo ser encontrado no Título I, Art. 1º e 2º das Disposições Gerais:

Art. 1º Com base nos princípios de justiça e equidade, bem como visando a pessoa humana em desenvolvimento, o Regulamento Disciplinar do Colégio da Polícia Militar de Goiás – CPMG tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares praticadas pelos alunos, enumerando as causas e circunstâncias que influem em seu julgamento, bem como enunciar as punições disciplinares estabelecendo uniformidade do critério utilizado em sua aplicação.

Art. 2º As normas disciplinares devem ser encaradas como um instrumento a serviço da formação integral do aluno, não sendo toleráveis nem o rigor excessivo, que desvirtua ou deforma, nem a benevolência paternalista, que a desfibra e degenera.¹⁵

Mediante o que se refere à disciplina, as escolas militarizadas adotam os mecanismos disciplinares encontrados nos quartéis da Polícia Militar. Sendo consideradas transgressões os que não seguem a disciplina imposta.

Foucault acredita que o poder produz a verdade e é através dessa verdade que se disciplina corpos, adestrando e moldando-os perante o que deverá ser obedecido para alcançar seus privilégios.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1999, p.119)

Entretanto os suplícios se opõem à função disciplinar ao constatar que as atrocidades direcionadas aos corpos, na era dos suplícios, os destruíam e

15 Cf. <http://www.cpmgmanoelvilaverde.com.br/site/regulamento/disciplinar/>

aniquilavam suas ações, enquanto que a disciplina se apropria do corpo com o propósito de extrair o melhor que ele pode oferecer. Assim sendo, para Foucault, “[...] a disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente”. (FOUCAULT, 1999, p. 138)

Assim, se assumirmos os conceitos e a análise de Foucault, podemos dizer que as instituições militarizadas são meios de moldar os corpos - seus alunos -, levando-os a obedecer, embora de forma arbitrária, a uma disciplina onde “[...] o essencial é procurar corrigir, reeducar, ‘curar’; uma técnica de aperfeiçoamento recalca, na pena, a estrita expiação do mal, e liberta os magistrados do vil ofício de castigadores.”. (FOUCAULT, 1999, p. 13). O que diferencia uma instituição militarizada de uma escola comum, é que a disciplina e a punição são os meios fundamentais e centrais de se moldar um indivíduo.

5. O exemplo de Auschwitz segundo Adorno

A educação pode levar à barbárie, como a do campo de concentração de Auschwitz através de mecanismos pedagógicos presentes na escola, em especial os mecanismos militares de disciplina, hierarquia, punição, pertencimento a um grupo, e a figura de um líder que exerce o poder.

Theodor Adorno começa o livro “Educação após Auschwitz” dizendo que “[...] qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita!”. (ADORNO, 2000, p.119)

Adorno acredita no potencial da Educação, pois transforma o caráter desde a primeira infância da criança. Com isso, pode-se pensar em estratégias que proporcionem uma boa educação básica e transformadora, que garanta a tomada de consciência dos indivíduos que as frequentam.

Auschwitz ficou conhecido como o local de extermínio dos judeus pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Esse genocídio foi comandado por Hitler que alimentou nos alemães, através de sua oratória eloquente, a esperança de reconstruir a Alemanha da crise sofrida, após a Primeira Guerra Mundial.

Essa barbárie se deu através de um poder que produzia a verdade, em que pessoas acreditavam e executavam fielmente ideias impostas, pois, prometia-se

ascensão econômica e cultural do povo alemão. Segundo Adorno (cf. 2000, p.120), a barbárie se dá no meio civilizatório, de modo que a sociedade se encontra incluída nesse sistema de exigências a todo instante, aguçado pela mídia, pela imposição de valores, através das Leis Constitucionais, em que a oposição a esse tipo de ação seria, muitas vezes, inútil.

A preocupação de Adorno é perceptível quando ele diz que a mente nazista é formada pela ausência de consciência, onde as pessoas atacam outras sem refletir sobre as consequências de tais atos. Nesse sentido, os “Culpados são unicamente os que, desprovidos de consciência, voltaram contra aqueles seu ódio e sua fúria agressiva. [...] é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias.”. (ADORNO, 2000, p.121)

A resistência e a determinação se tornam importantes medidas para que a barbárie não se repita, pois, um indivíduo, quando perde sua singularidade, se torna um objeto facilmente manipulado. Adorno entende que é papel da educação esclarecer sobre o caráter manipulador para impedir a formação de indivíduos com esse efeito. Nesse sentido, escreve ele “[...] o mais importante para enfrentar o perigo de que tudo se repita é contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos, fortalecendo a resistência frente aos mesmos por meio do esclarecimento do problema da coletivização.”. (ADORNO, 2000, p.127)

Embora a pressão das forças dominantes sobre o indivíduo destrua sua individualidade e qualquer lastro de resistência em se opor à delinquência, a educação, como sentido na vida das crianças, deve orientar e colaborar para uma auto-reflexão crítica, evitando que a criança se torne um sujeito passivo, que se submeta facilmente a ordem de outro, que vem de fora para dentro, determinando e moldando suas ações.

Desse modo, a autonomia é um dos princípios primordiais para direcionar os jovens educandos contra a barbárie. Adorno destaca em seu texto dizendo que “O único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, para usar a expressar kantiana; o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não participação.”. (ADORNO, 2000, p. 125). As escolas atuais nem sempre colaboram para a construção dessa reflexão, sendo ainda consideradas muito tradicionais

quando mencionado a metodologia de ensino encontrada na maioria das instituições.

Nesse contexto, a metodologia das escolas militarizadas, em especial, se enquadraria como ferramenta de barbárie para garantir ordem e disciplina para civilizar uma parcela da população – os estudantes. Destaca-se o Título III, Capítulo I, Art. 15 do Regimento Disciplinar:

Art.15 A sanção disciplinar é a penalidade de caráter educativo que visa à preservação da disciplina escolar, elemento básico indispensável à formação integral do aluno.¹⁶

Adorno compreende a ocupação de um líder frente a um coletivo como manipulação de uma massa onde é exercido apenas o que lhe é comandado. Essa obediência busca no mais forte uma forma de proteção das vivências humanas, reprimindo o medo. Posto isso ele diz que:

[...] a educação precisa levar a sério o que já de há muito é do conhecimento da filosofia: que o medo não deve ser reprimido. Quando o medo não é reprimido, quando nos permitimos ter realmente tanto medo quanto esta realidade exige, então justamente por essa via desaparecerá provavelmente parte dos efeitos deletérios do medo inconsciente e reprimido. (ADORNO, 2000, p. 129)

Adorno acredita numa educação libertadora em que a autonomia, a autodeterminação, seria o único poder contra o princípio manipulador de Auschwitz. O que houve em Auschwitz foi a total anulação do ser humano pelo uso da força, disfarçada de disciplina, pois o próprio estudo denota o que de fato aconteceu e, não por acaso, foi classificado como barbárie, pois “[...] ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação.” (ADORNO, 2000, p.119)

Considerações finais

Na medida em que a problemática da violência na escola passou a ser tratada por alguns como assunto de segurança pública, penetrando na pedagogia escolar, passou-se a repensar métodos, teorias e o ideal de formação de um ser humano.

¹⁶ Fonte: <http://www.cpmgmanoelvilaverde.com.br/site/regulamento/disciplinar/>

Uma das soluções para o problema da violência, principalmente nas escolas de periferia, foi a adoção de uma pedagogia militarizada. Mas, será que as escolas militarizadas combatem de fato a violência escolar?

Para analisar esta questão, fizemos uma análise sobre o conceito de violência simbólica de Bourdieu, os conceitos de disciplina e poder de Foucault e os mecanismos da hierarquia, punição, pertencimento a um grupo, a figura de um líder que exerce o poder, e a ausência da autonomia e senso crítico apontado por Adorno. A partir dessa apreciação pode-se concluir que embora as escolas militarizadas combatam a violência física, ela acaba por gerar, segundo esses autores, outras formas de violência.

A violência simbólica, por exemplo, surge como instrumento de comunicação e conhecimento, impondo e legitimando a dominação de uma classe social sobre a outra, inculcando valores autoritários e ideias conservadoras de interesse dos dominantes. No ambiente escolar, é encontrada uma série de imposições que são estabelecidos pela ordem maior, o qual, todos os envolvidos nessa instituição, acatam em sinal de respeito mesmo que não se identifiquem com ela.

As escolas militarizadas são apresentadas como solução à violência escolar, sob um regime militar. Mas, o que não se percebe é a tomada de consciência da violência simbólica, exercida por essas escolas, uma vez que, geridas por policiais militares armados, se caracterizam como educação repressora e dominadora, formando indivíduos que se submetem facilmente a uma figura repressora. Essa iniciativa se baseia nas ações dessas escolas que incutem na mente das crianças o cumprimento à doutrina e ao civismo, a importância da disciplina e o cumprimento da hierarquia, que por sua vez, direciona o aluno a um comportamento submisso, valorizando as concepções do grupo dominante (militar), que impõe seu ponto de vista, e os dominados acatam esses valores como sendo seus, sem crítica e autonomia. Essa forma de educação transmitida pelas escolas militarizadas acaba gerando discussões sobre as causas e os efeitos que refletem nos alunos, pois ela oculta as singularidades e proíbe que comportamentos sobressaiam ao padrão determinado pelo programa disciplinar implantado pelo conceito de escola militarizada.

Foucault associa os métodos punitivos, os suplícios, a violência e a força, como forma de poder. Diz Foucault que as formas de poder são efetivadas em amplo contexto social, chamadas de instituições disciplinares, como por exemplo, as prisões, hospitais, fábricas, bem como, nas instituições de ensino. No caso da estrutura de uma escola, nota-se claramente um local propício à observação de caráter controlador, que corresponde ao panoptismo, no qual organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente, a fim de se obter boas condutas disciplinares ou a normatização dos indivíduos, como citado na sua obra “Vigiar e Punir”, (1999). Todas as formas de poder exercidas podem ser caracterizadas como um procedimento de conhecimento e dominação pelo fato de medir as qualidades e méritos de cada um.

Mediante o que se refere à disciplina, as escolas militarizadas adotam os mecanismos disciplinares encontrados nos quartéis da Polícia Militar. Sendo consideradas transgressões os que não seguem a disciplina imposta. Se assumirmos os conceitos e a análise de Foucault, podemos dizer que as instituições militarizadas são meios de moldar os corpos - seus alunos -, levando-os a obedecer, embora de forma arbitrária, a uma disciplina. O que diferencia uma instituição militarizada de uma escola comum, é que a disciplina e a punição são procedimentos fundamentais e centrais de se moldar um indivíduo.

Adorno identifica os mecanismos de disciplina, hierarquia, punição, pertencimento a um grupo, ordem, a figura de um líder que exerce o poder, e produção de sujeitos submissos, sem autonomia e senso crítico como as principais causas do pensamento nazista, que levou à barbárie, tomando como exemplo Auschwitz.

Diante disso, cabem as seguintes questões: embora a hierarquia, através da coerção, como houve nos campos de concentração, tenha se utilizado da força e tortura, será que difere da hierarquia da escola militarizada que se expressa mediante o respeito de um superior no ambiente escolar? Seria por demais comparar a educação militarizada com os mecanismos de formação de uma mente nazista ou seriam os mecanismos de disciplina, hierarquia, punição, pertencimento a um grupo, ausência de autonomia o gérmen da formação de uma mente nazista?

O argumento de quem defende as escolas militarizadas é de que suas políticas educacionais visam à formação do estudante como cidadão. Logo, nas escolas militarizadas, o fato de haver um líder perante o ambiente escolar acarreta, nos participantes ativos desse estabelecimento, uma sensação de ordem e de organização do ambiente educador, impedindo que o local se torne favorável a condutas inadimplentes. O uso da disciplina tem como finalidade formar a concepção de vida que o aluno precisa para viver em grupo, pois a sociedade necessita de mecanismos de controle, seja por força moral, ética ou legal. O intuito dessas instituições não é para despertar revolta nos estudantes, não é induzir a uma oposição de valores e crenças, não é a formação de mentes manipuladas como o que levou ao Holocausto, mas sim formar indivíduos capazes de habitar uma sociedade, com respeito ao próximo, com princípios que, infelizmente, as famílias e educadores não conseguem transmitir diante de tanta precariedade no atual sistema de ensino.

Diante do que foi desenvolvido no referido trabalho, entendo que as escolas públicas, localizadas nas periferias, não possuem um alicerce forte o suficiente para suportar a escassez que a educação brasileira se encontra. Mediante tanto vandalismo e violência, as escolas estão à mercê de seres incapazes de discernir o que é bom e o que é ruim.

Vê-se a falta de respeito com o próximo e a inversão de classes, principalmente no âmbito escolar. A relação professor-aluno se torna equivocada na prática, pois, nos dias atuais, o professor é intimidado pelo medo e pela força verbal existente dentro da escola e que, em muitas vezes, se transforma em força física.

Para um bom desempenho em sala de aula, o professor carece de uma organização, advindo de uma ação disciplinar como forma de controle dos impulsos juvenis, tendo em vista que, como foi apontado, no decorrer desse artigo, a anarquia em sala de aula é responsável por uma grande porcentagem do mau desempenho escolar.

A prática da militarização das instituições públicas pode ser considerada uma ação emergencial. Talvez o objetivo da Secretaria da Educação não seja a de transformar todas as escolas em espaços militarizadas. Entretanto, foi necessário apelar para o auxílio da Polícia Militar, uma vez que, as escolas - destacadas nesse

trabalho - se encontravam degradadas e no domínio de atos violentos provocados pelos alunos, e conseqüentemente, retomar a direção dessas instituições a fim de alcançar os verdadeiros objetivos do ensino.

Entendo que a militarização das escolas vem como estratégia de solução da precariedade de algumas instituições, em vista que, mediante pontos positivo e negativos, é um artifício que se vê um resultado rápido.

A presença dos policiais militares nessas instituições é vistos como um símbolo visual das regras que as escolas e sociedade contemplam. Tais mecanismos de ordem tornam-se um ato de reflexão sobre algumas ações que prejudica o próprio infrator. Observa-se que a realidade social de algumas famílias desestrutura o ambiente educador, pois, são frequentemente presenciados atos ilícitos, o qual os envolvidos na escola não possuem condições de enfrentar. A presença e o trabalho contínuo dos Policiais Militares nas escolas geram uma confiança, nos profissionais de ensino e na comunidade, na solução da violência física, e, para os pais, a expectativa de um desenvolvimento promissor para seus filhos.

Embora toda a exigência contida na política de ensino das Escolas Militarizadas seja um tanto quanto repressora, podendo até aniquilar o senso crítico dos alunos, porém as sanções descritas nas regras das escolas militarizadas são vistas como propostas socioeducativas.

Infelizmente, as famílias de hoje estão transferindo suas responsabilidades para a escola, que, fragilizada, não está conseguindo cumprir seu papel, transferindo também sua responsabilidade para um órgão - Polícia Militar - que não compete a essa função, na qual segue princípios de dominação e imposição de ideologia.

Em suma, acredito que a esperança de se combater a violência existente no ambiente escolar, surge na construção de princípios morais e éticos do indivíduo. É necessário trabalhar propostas educativas e que, em qualquer situação de desordem, o professor tenha capacidade, meios e técnicas adequadas para ganhar o coração da criança.

Referências

ADORNO, W. T. Educação após Auschwitz. In: **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

FILGUEIRAS, Juliana M. **A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 20ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Recebido em 6/2/2017

Aprovado em 17/4/2017